

Funaro continua luta para refinanciar os juros

SÍLVIA FARIA
Enviada Especial

ROMA — A viagem de convencimento que o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, vem fazendo para conversar sobre a dívida externa brasileira com os Governos dos sete países industrializados, ainda não trouxe resultados concretos. No entanto, Funaro acha que não existe outra alternativa — para o Brasil e para o sistema financeiro internacional — senão refinanciar parte dos juros externos devidos pelo País, para viabilizar o cumprimento de, pelo menos, parte dos pagamentos.

Depois de visitar os Estados Unidos e a Europa, o Ministro brasileiro prorrogou sua permanência no exterior para passar dois dias no Japão. Nesta segunda-feira, Funaro manterá contatos no Eximbank e no Banco de Tóquio.

A atitude do Presidente José Sarney, de suspender os pagamentos, foi política, conforme defende o Ministro, e causou extrema irritação nos credores privados e oficiais. Apesar



Em Roma, Funaro encontrou-se com o Ministro da Fazenda, Giovanni Gorla

disto, Funaro acredita na solução política, uma vez que a democracia nascente do Brasil, em sua opinião, não suportaria uma recessão que frustrasse a expectativa do povo brasileiro por melhores condições.

Diante dessa premissa, Funaro negocia com os Governos dos países onde já esteve (Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França, Suíça e Itália) e fará ainda contatos com o Japão e possivelmente o Canadá. Ele propõe que, durante quatro anos, o Brasil pagará apenas parte dos encargos financeiros da dívida, de forma que sobrem recursos para investimentos e crescimento das importações.

A parte não paga seria acrescida ao montante a pagar (principal da dívida, que está por volta de US\$ 100 bilhões), neste período. O que oferece em troca é o aumento das importações brasileira dos países industrializados e o ajuste interno do País, a partir do crescimento econômico.

O Presidente do Banco Central, Francisco Gros, que acompanha o Ministro nesta viagem, explicou que

as necessidades anuais giram em torno de US\$ 5 bilhões, mas não significa que o País quer este valor em dinheiro novo. Não tem sentido, em sua opinião, o Brasil pegar um novo crédito para pagar ao mesmo credor. O mais prático é capitalizar (jogar para o principal) esta parcela.

Isto significa que, caso permaneça a situação atual, de um saldo comercial de US\$ 8 bilhões por ano, e com a manutenção das atuais taxas de juros internacionais, o principal da dívida crescerá em US\$ 20 bilhões sobre o montante atual, apenas por conta da capitalização dos juros.

Este é um aspecto da questão da dívida: o Governo definiu que prefere não pagar, mas adiar os compromissos para o futuro. Como lembrou uma fonte diplomática brasileira em Roma, "dívida não se paga, mas se administra", na concepção brasileira.

O outro aspecto é que tipo de concessões o País terá de fazer aos credores. Em uma negociação, cada lado cede um pouco e não será diferente com o Brasil. Todos os in-

terlocutores que estiveram com o Ministro Funaro, nesta viagem, mesmo os mais flexíveis — da França e Itália — acham que o País carece de um programa econômico de médio prazo. Apesar de Funaro declarar que o Brasil tem este programa, ele mesmo já defendeu a adoção de um plano de estabilização depois que a inflação estabilizar-se.

O plano de estabilização não precisa ser, necessariamente, o acordo com o FMI, pois os credores oficiais e privados sabem o quanto o Governo brasileiro depende da confirmação de sua decisão de não ir ao Fundo Monetário Internacional (FMI). No entanto, algumas metas precisarão ser traçadas, mesmo para o plano interno, de forma que o Governo possa dimensionar o tamanho de seus gastos e suas sobras de recursos para o pagamento prometido de parte dos juros.

Parece inevitável uma negociação que estabeleça um acordo entre o Brasil e os credores, pois ambos os lados têm a perder com a indefinição.